ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE VILAR DO PARAÍSO

MINUTA DA ATA N.º 4 (parte 2)

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, na Junta de Freguesia de Vilar do Paraíso, sita na Rua do Jardim, número setecentos e quarenta e quatro, Vilar do Paraíso, pelas vinte e uma horas e sete minutos foi dado início à continuação da sessão ordinária do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e seis, nomeadamente o ponto quatro, que se pode ler de seguida:

4.1 Discussão e votação da proposta de retificação ao Mapa de Pessoal, nos termos do artigo 29.o da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

4.2 Apresentação, discussão e votação da prestação de contas do ano económico de dois mil e vinte e cinco (meses de novembro e dezembro);

4.3 Apreciação do inventário dos bens patrimoniais da Junta de Freguesia;

4.4 Apresentação, discussão e votação da primeira Alteração Orçamental Modificativa dois mil e vinte e seis (incorporação do saldo de gerência anterior);

4.5 Apreciação da informação escrita da Senhora Presidente de Junta de Freguesia.

Em Assembleia estavam presentes os elementos da Mesa Gil Teixeira, Joana Vieira e Carina Vieira, os elementos Sara Magalhães, Manuel Alves, Álvaro Santos, Hugo Tavares e Catarina Coutinho do Executivo, os elementos Ricardo Campos e Gisela Silva do Partido Socialista, os elementos António Coutinho, Hélder Gonçalves, Ana Rita Sousa e João Pedro Duarte, representantes do Movimento Juntos Por Vilar, Vítor Marques, Rita Marques e Bruno Campos em substituição de João Espinhaço, representantes do PSD e Fábio Azevedo, em substituição de Marta Marques do partido CHEGA.

O Senhor Presidente de Mesa deu as boas-vindas aos presentes, dispensando a chamada. Anunciou as substituições da noite, seguindo-se a leitura do ponto da ordem de trabalhos. Lembrou, adicionalmente, os tempos disponíveis para cada intervenção. O Senhor Presidente questionou quem desejava usar da palavra para intervir no ponto quatro ponto um, Discussão e votação da proposta de retificação ao Mapa de Pessoal, nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. Primeiramente, inscreveu-se o Senhor Vítor Marques, representante do PSD. Este abordou o mapa do pessoal, questionando a Presidente sobre a correta alocação de um funcionário. De seguida, foi dada a palavra ao senhor Hélder Gonçalves, representante do Movimento Juntos Por Vilar. Referiu a extemporaneidade do documento, ressalvando o assunto dos postos de trabalho a criar e a preencher. Foi dada a palavra à Presidente, que esclareceu os membros da Assembleia. A mesma abordou que o documento foi reformulado, não sendo um documento apresentado pela primeira vez. Acrescentou que este documento foi melhorado, por forma a melhor servir a Assembleia.

Respondeu afirmando que pretende reposicionar o recurso humano da área social que estava erradamente posicionado, com o suporte do apoio jurídico. Respondendo ao Senhor Hélder Gonçalves, afirmou que o concurso público de ocupação da vaga já estava a ser tratado. Referiu que existiam dois funcionários que iriam reformar-se em breve, e que estes dois lugares seriam ocupados.

O Senhor Vítor Marques solicitou novamente a palavra, por forma a referir a validade legal da reposição do recurso humano mal posicionado, nomeadamente ao nível da eventual existência de um sinistro que poderia não ser coberto pela apólice de seguro. A senhora Presidente de Junta agradeceu e tomou nota do mesmo. O Senhor Presidente avançou para a votação, tendo sido aprovado com o voto a favor do PS e do Chega e abstenções do Movimento JPV e bancada do PSD.

O Senhor Presidente da Mesa questionou se a Senhora Presidente queria intervir perante o ponto quatro ponto dois, apresentação, discussão e votação da prestação de contas do ano económico de dois mil e vinte e cinco (meses de novembro e dezembro), sendo que a mesma respondeu que responderia depois das questões. A Senhora Gisela Silva, representante do PS, interveio, elogiando as opções de gestão. Enfatizou as despesas de pessoal e a cautelosa gestão das despesas. Adicionalmente, referiu os pagamentos já feitos referentes à obra das Capelas, bem como as opções. Saudou o apoio do Município e sublinhou a posição vigilante. O senhor Fábio Azevedo, representante do Chega, questionou as rubricas do documento, bem como uma despesa específica da Segurança Social, despesas de capital acerca da natureza da receita recebida. De seguida, solicitou a palavra o Senhor António Coutinho, que referiu que a Junta não herdou uma situação difícil. Questionou a forma das rubricas mantidas no documento, bem como a natureza das despesas da capela e da pessoa que assumiria a assessoria jurídica. Foi dada a palavra ao Senhor Vítor Marques, representante do PSD, que questionou acerca do valor do custo das capelas e prazo de conclusão das mesmas. A Senhora Presidente de Junta tomou a palavra para responder às questões colocadas. Iniciou a sua apresentação, reforçando a confiança em quem assessoria a Junta. Esclareceu que foi recebido, em outubro de dois mil e vinte e cinco, cento e um mil euros do antigo Executivo, reforçando a alocação de noventa mil euros alocados às capelas. Referiu que oito mil e duzentos euros eram da Emergência Social, ficando apenas disponíveis, à data, dois mil euros. Assim, refutou a ideia de ter defendido que a Junta herdou os cofres vazios. Explicou as receitas que deram entrada, referindo a sua proveniência da DGAL e do Município. Esclareceu o Senhor Vítor Marques sobre as modificações orçamentais e a sua natureza. Respondendo ao Senhor Fábio Azevedo, representante do Chega, referiu o porquê das rubricas surgirem a zeros. De seguida, abriu o tempo de resposta sobre as capelas mortuárias, explicando a natureza das despesas já executadas e dos valores a pagamento. Esclareceu que foi feito um pedido de prorrogação do prazo da obra das capelas de seis meses devido às intempéries meteorológicas, esperando que até ao final de junho de dois mil e vinte e seis as mesmas estejam concluídas. Na sequência, o Senhor Vítor Marques, representante do PSD, solicitou de novo a palavra, por forma a questionar acerca das opções das rubricas, o custo das capelas e questões de contratação pública desta obra. O Senhor António Coutinho questionou acerca da discrepância entre faturas e valores pagos. Questionou

adicionalmente sobre o projeto de arquitetura pago e o que se encontra em execução. Adicionalmente, afirmou que o antigo executivo tinha enganado a Assembleia, uma vez que existiam muitas dúvidas sobre os projetos. Repisou a questão sobre a herança financeira herdada do executivo anterior. A Senhora Presidente tomou a palavra para responder às questões. Explanou os custos com as capelas mortuárias, esclarecendo que existem reuniões com uma engenheira do município com a periodicidade de três em três semanas por forma a prestar contas. Referiu que seria uma irresponsabilidade parar a obra das capelas. O Senhor Vítor Marques do PSD solicitou novamente a palavra, por forma a esclarecer sobre o nome do arquiteto que tinha referido anteriormente. O Senhor António Coutinho do Movimento JPV voltou a questionar sobre os pagamentos feitos sobre as capelas, tendo o mesmo referido que iria enviar a questão por escrito, de forma a obter uma resposta mais elaborada do Executivo. O senhor Fábio Azevedo, representante do Chega, tomou a palavra para solicitar a documentação que tinha sido enviada ao movimento JPV. Foi colocado à votação, tendo sido aprovado com votos a favor do PS, e abstenção das bancadas do Movimento JPV, PSD e Chega.

Posteriormente, foi introduzido pelo Senhor Presidente da Mesa o ponto quatro ponto três, apreciação do inventário dos bens patrimoniais da Junta de Freguesia, tendo solicitado a palavra o Senhor Vítor Marques, do PSD, que questionou sobre a caldeira presente no inventário. O Senhor Hélder Gonçalves, representante do Movimento JPV, questionou se o inventário era do anterior Executivo ou do atual, referindo alguns pontos que suscitaram dúvidas. Referiu que existe a necessidade de aprofundar o documento, aconselhando a criação de uma comissão para a revisão do documento. Referiu igualmente dúvidas sobre os valores patrimoniais inscritos no documento. A Senhora presidente de Junta falou sobre a necessidade de aprofundar o documento, agradecendo os contributos.

O Senhor Presidente da Mesa encerrou o ponto anterior, passando para o ponto quatro ponto quatro - apresentação, discussão e votação da primeira Alteração Orçamental Modificativa dois mil e vinte e seis (incorporação do saldo de gerência anterior), dando a palavra à Presidente de Junta, que explanou alguns pontos do documento. Referiu as despesas correntes e a possibilidade de encaixe de valor nesta rubrica para apoiar as comissões de festas. Referiu o reforço da rubrica ao nível do cemitério para construção de nichos e sepulturas, bem como o investimento em máquinas e materiais diversos. Apontou ainda o reforço para aquisição de uma viatura para colmatar as necessidades da Junta, referindo que esta necessidade poderá ainda ser colmatada pelo apoio do Município. Enfatizou ainda a incerteza da transferência de competências entre o Município e a Junta, existindo valores que ainda poderão ser alterados. O Senhor Vítor Marques solicitou a palavra para esclarecer ainda a natureza de algumas rubricas. A Senhora Presidente de Junta tomou a palavra e esclareceu as questões colocadas, explicando reforços na parte contabilística e jurídica e protocolos desenvolvidos com instituições e comissões de festas. A diminuição foi feita na parte cultural, uma vez que foi criada uma Comissão de Festas do Bom Jesus do Monte e São Caetano. Esclareceu que foi inserida uma rubrica para reparações de edifícios, reforçando as reparações e jardins. Ao nível desportivo, foi ainda reforçado o valor. Relativamente à viatura, esclareceu que o Executivo comparou valores de renting e aquisição, referindo que este último estaria mais acessível, nomeadamente com

recurso a crédito. Relativamente a materiais e oficinas, este foi igualmente reforçado. Foi colocado à votação, tendo sido aprovado com votos a favor do PS e abstenções do Movimento JPV, PSD e Chega. O Senhor Vítor Marques, representante do PSD, fez uma declaração de voto que será anexada à presente ata. O Senhor Fábio Azevedo, representante do Chega, tomou a palavra para fazer uma declaração de voto, reforçando a vontade de fazer uma oposição responsável, sem descuidar o escrutínio e a supervisão. Concordou com a declaração do Senhor Vítor Marques, reforçando a importância do Executivo cumprir com as responsabilidades assumidas.

Introduzindo o ponto quatro ponto cinco, apreciação da informação escrita da Senhora Presidente de Junta, o Senhor João Pedro Duarte, representante do Movimento JPV solicitou alguns esclarecimentos sobre este ponto, nomeadamente sobre as ações suspensas devido à ação da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Solicitou esclarecimento sobre a separação das responsabilidades da Junta e da Câmara. Solicitou esclarecimento sobre as responsabilidades da limpeza do espaço da Feira. Questionou sobre a identidade da advogada da junta e da sua relação contratual. Adicionalmente, questionou sobre a natureza das reuniões e o critério de identificação das mesmas, bem como sobre o capítulo dos recursos humanos, relativamente aos Programas “Mais ativação” e “Mais inclusão”.

O Senhor António Coutinho solicitou a palavra para esclarecer sobre as taxas de execução da despesa, da receita e investimento. Enfatizou que a Junta tem dinheiro disponível para fazer investimento, tendo herdado este valor do Executivo anterior. Questionou se existiria receio em executar despesa. Adicionalmente, referiu a existência de várias atividades que correspondem a um trabalho ativo por parte do Executivo. Acrescentou várias questões sobre a execução das atividades, incluindo sobre a natureza das capelas. O Senhor Ricardo Campos, representante do PS, referiu que as questões do senhor António Coutinho não correspondem ao ponto em discussão. O Senhor Fábio Azevedo, representante do Chega, voltou-se para o Senhor António Coutinho, reiterando o seu papel de escrutínio enquanto elemento da oposição. Referiu igualmente as mudanças do Executivo Municipal, que poderiam ter impacto na gestão da Junta. Defendeu a responsabilidade do Movimento JPV no escrutínio por meio dos quatro mandatos em representatividade, nomeadamente pelo pedido de uma auditoria. A Senhora Presidente solicitou a palavra para responder às questões colocadas, enfatizando que este documento é uma análise sucinta da atividade da Junta de Freguesia, nomeadamente nas atividades que se encontram suspensas pelo Município e que já foram reativadas. Referiu a impossibilidade da Junta suportar os três professores em falta do Centro de Convívio, anteriormente comparticipados pelo Município. Esclareceu sobre a importância que a análise do final do ano de dois mil e vinte e seis deverá ter, por forma a demonstrar o trabalho desenvolvido de um período relevante. Referiu a importância de ter cautela na gestão da Junta. Identificou a Dra. Lurdes Dias como advogada que assessoria a Junta, com tarefas ao nível do SIADAP e futuramente sobre os procedimentos de Contratação Pública. Terminou referindo que será um ano de intensa articulação com o Município.

- Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente minuta da ata, que depois de lida em voz alta, foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

De imediato, o Presidente da Assembleia deu os trabalhos por encerrados, pelas vinte e três horas e dezassete minutos.

O Presidente da Assembleia de Freguesia,

Assinado por: **Gil Clemente Teixeira**
Num. de Identificação: 14526607
Data: 2026.09.17 21:30:43+01'00'

A Primeira Secretária,

Assinado por: Joana Isabel Silva Vieira
Num. de Identificação: BI12682221
Data: 18-09-2026 08:39:08 +01:00

CHAVE MÓVEL

A Segunda Secretária,